

Preço banca: R\$ 3,50

www.jornalodiasp.com.br

QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2025

INPC recua para 0,03% em outubro e acumula 4,49% em 12 meses

Brasileiros sacaram R\$ 455,68 milhões esquecidos em bancos em setembro

Agricultura quer blindar seguro rural de cortes no Orçamento da União

Governo de SP amplia horários de visitação da exposição de Tarsila do Amaral

Devido à alta procura do público, o Governo de São Paulo ampliou os horários de visitação da mostra inédita de Tarsila do Amaral no Palácio dos Bandeirantes. Foram abertas novas sessões às 11h nos sábados 29 de novembro, 13 e 20 de dezembro, além de 10 e 24 de janeiro de 2026. As vagas são limitadas e seguem mediante agendamento prévio no site do Acervo dos Palácios. A exposição é gratuita e fica em cartaz até 25 de janeiro de 2026.



A exposição é gratuita e fica em cartaz até 25 de janeiro de 2026

É a primeira vez que a coleção completa da artista aos cuidados do Acervo dos Palácios, departamento museológico da Casa Civil, estará reunida na sede do Governo de SP. A mostra inédita é dedicada à importante trajetória da artista modernista, e conta com 16 obras icônicas expostas no Salão dos Pratos, importante sala de reuniões e exposições do Palácio dos Bandeirantes.

A iniciativa também integra as comemorações do aniversário de 40 anos do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Estado de São Paulo, responsável pela gestão das coleções artísticas e históricas dos palácios governamentais.

Mais informações e reservas: www.acervo.sp.gov.br (Governo de SP)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com 31° C aumento de nuvens à tarde e pancadas de chuva à







Manhã Tarde Fonte: Climatempo

DOLAR Comercial Compra: 5,27

Venda: 5,27 Turismo Compra: 5,28

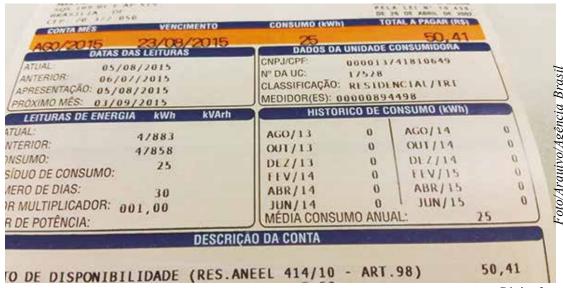
Venda: 5,46

EURO

Venda:

Compra: 6,11

Inflação oficial de outubro fica em 0,09%, menor para o mês desde 1998



Página 3

A inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou outubro em 0,03%, mostrando redução em relação ao 0,52% de setembro. Com o resultado, o acumulado de 12 meses fica em 4,49%. Nos 12 meses encerrados em setembro, o índice chegava a 5,1%.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em outubro, os produtos alimentícios pesquisados pelo IBGE tiveram variação nula (0%). Já os não alimentícios subiram 0.04%.

O grupo de produtos e serviços que mais puxou o INPC para baixo foi a habitação (-0,32%), que representou impacto de menos 0,06 ponto percentual.

A explicação está na migração da bandeira tarifária vermelha patamar 2 para 1. No 2, há cobrança adicional de R\$ 7,87 na conta de luz a cada 100 Kwh consumidos. Já no nível 1, vigente em outubro, o extra é de R\$ 4,46.

A cobrança extra é determinada pela Aneel para custear usinas termelétricas em tempos de baixa nos reservatórios Página 3 das hidrelétricas.

Primeiro repasse de novembro soma R\$ 1 bi em ICMS para as cidades paulistas

Beneficiário do Pé-de-Meia ganha R\$ 200 se fizer dois dias de Enem

Página 4

Tarifaço de Trump reduz em 67% exportações de cafés especiais brasileiros para os EUA

Página 5

Esporte

Filippo Fiorentino foi consa-

derar de ponta a ponta. Página 6

GP São Paulo de F1 ratifica seu compromisso com a sustentabilidade

Desde 2021, o GP São Paulo vem implementando um conjunto de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental. Dentre as iniciativas, passou a compensar 100% de suas emissões de CO. A edição de 2024 do GP foi um marco também com relação à reciclagem de materiais. A implementação de um sistema de copos retornáveis, com mais de 120 mil unidades distribuídas e uma taxa de devolução de 25%, evitou o descarte de cerca de 4 toneladas de plástico na na-



Autódromo de Interlagos

Filippo Fiorentino vence e é campeão do GP Interlagos de Fórmula 4



A BRB Fórmula 4 Brasil acelerou diante do Mundial de

Dudu Barrichello é eleito Revelação do Ano do FIA WEC

A noite de encerramento da temporada 2025 do FIA WEC de domingo (9) foi marcada por emoção e reconhecimento. Em meio aos troféus dos campeões mundiais, brilhou um nome que representa o futuro do endurance brasileiro: Eduardo Barrichello foi eleito oficialmente a Revelação do Ano do Campeonato Mundial de Endurance.

Aos 24 anos, Dudu completou sua primeira temporada no WEC competindo na categoria LMGT3 pela equipe Racing Spirit of Leman, onde dividiu o cockpit com o francês Valentin Hasse Clot ao longo do ano, além de Derek de Boer e Anthony McIntosh em etapas seleci-

Os atletas mais velhos da Taça Máster dão lição de vida



Kimiko Tomita, 94 anos, a atleta mais velha da competição

Kimiko Tomita (Campeões da Vida SBC-SP), de 94 anos, e Altamiro Francisco Serqueira (Clube Máster Itupeva-SP), de 90 anos, foram destaque para o público e perante os próprios colegas atletas na 5ª Taça Brasil Máster Loterias Caixa de Atletismo, realizada sábado e domingo (8 e 9/11), no Centro Nacional de Desenvolvimento Loterias Caixa de Atletismo, em Bragança Paulista, São Paulo.

Kimiko exibia e comemorava com os colegas da equipe de São Bernardo do Campo - participou da Taça Máster com 36 atletas - as suas quatro medalhas, duas delas de ouro conquistadas nos 100 m (38.01) e nos 200 m (1.26.47). Também competiu no revezamento 4x100 m e no arremesso do peso. "Vou fazer 95 anos em janeiro e no próximo Máster mudo de categoria", comentou a atleta. Página 6

Primeiro repasse de novembro soma R\$ 1 bilhão em ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou na terça-feira (11), o primeiro de quatro repasses de ICMS previstos para novembro aos 645 municípios paulistas. Nesta primeira transferência, as prefeituras receberam R\$ 1,06 bilhão, referentes aos valores arrecadados de 3 a 7/11, já com desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A previsão da Sefaz-SP é enviar às administrações municipais

CÂMARA (São Paulo)

internacionais do 3º Lulismo na COP 30

sempre invejado administrador Marcelo Pinto

PREFEITURA (São Paulo)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

GOVERNO (São Paulo)

CONGRESSO (Brasil)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

PARTIDOS (Brasil)

JUSTICAS (Brasil)

não queira ele eleito ao Senado 2026

e aumentar a bancada nas eleições 2026

do governador não aceita raia de perdedor

Saberemos o quanto acertaram ou quanto erraram os

Após o sucesso de mais uma prova [calendário 2025] no autó-

Agora que o TSE oficializou o Estatuto do partido "Missão",

O que tá realmente rolando no caso do ex-presidente Jair Bol-

Deputado (ex-PL no PP / SP) Derrite está [como relator de lei

Seja lá o que for que a diplomacia [do governo Lula - dono do

Sobre a 30ª legenda [Missão sob o comando do MBL] ser

Quem segue sendo homenageado por suas histórias no Direi-

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na

imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referên-

cia das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

to e nas advocacias [em São Paulo e pelo Brasil] é o consagrado

jurista Ives Gandra. Aos 90 anos, o eterno professor ironiza sobre

parecido com o Republicanos (desde PRB sob o comando da igre-

ja Universal), vale lembrar que é diferente. É que o advogado

PT] vai dizer pra imprensa, a real é que a química com o presidente

Trump (EUA) tá naquele estágio de 'elemento neutro'. Grandes

s, pra valer, somente com a China

Marcelo Rosa foi o pai da legenda PMR (raiz do PRB)

que jamais fará uso da inteligência artificial

que enquadre como 'terrorista' o crime organizado] sendo 'cozido

em banho maria'. Acontece que entre colegas das direitas há quem

sonaro [condenado pela 1ª turma no Supremo e cumprindo prisão

domiciliar] apoiar Tarcísio Freitas (Republicanos) é que o cavalo

os membros do MBL filiados a outros partidos e que já estão

deputados começam a conversar com colegas que podem se filiar

dromo Interlagos, quem segue pilotando e ganhando todas as

provas [com bandeirada do próprio Ricardo Nunes - MDB] é o

vereadores(as) que serão candidatos a deputados(as) estaduais

ou federais, tanto quem bateu como quem apoiou as narrativas

R\$ 4,09 bilhões em repasses semanais de ICMS neste mês. Em 10 meses de 2025, as transferências de recursos do ICMS para as prefeituras de todo o estado já somam R\$ 38,73 bilhões.

Repasses de ICMS

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.



Em 10 meses de 2025, as transferências de recursos do ICMS para as prefeituras de todo o estado já somam R\$ 38,73 bilhões

Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas

variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Depen-

dendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme

determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3°).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3°, da LC 63/ 1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93.

São Paulo abre consulta pública **CESAR** sobre uso de biometano na rede de www.jornalistacesarneto.com distribuição de gás canalizado

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) lançou na segunda-feira (10), no Diário Oficial, a Consulta Pública nº 16/ 2025, que propõe critérios e procedimentos para a interconexão de plantas de biometano aos gasodutos locais, por meio da aplicação de uma tarifa verde.

A iniciativa visa fortalecer o abastecimento em todo o estado e incentivar a produção e a injeção de biometano na rede, contribuindo para a otimização do uso da rede de gás canalizado existente e descarbonização da infraestrutura estadual de gás canalizado, o que vai ao encontro das políticas públicas do Estado.

O estado de São Paulo tem enorme potencial de produção de biometano, principalmente por meio do setor sucroenergético e de resíduos sólidos.

A inserção do biometano na rede de distribuição de gás canalizado possibilita o uso desse energético renovável em diversas aplicações pelos usuários de gás canalizado do estado, como: processos produtivos, geração de energia térmica ou elétrica, combustíveis para veículos, matériaprima para elaboração de outros produtos, dentre outros.

A Deliberação 744/2017 já possibilitou a interconexão à rede de gás canalizado das seguintes plantas: a Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense, com capacidade de produção de 75 mil m³/dia; a Usina Costa Pinto, em Piracicaba, com 85 mil m³/dia; e o aterro sanitário de Paulínia, com 225 mil m³/dia. Além da rede isolada, abastecida 100% por biometano, na região de Presidente Prudente.

Na Tomada de Subsídios realizada pela Arsesp durante o mês de julho, foram recebidas diversas contribuições no sentido de que a estrutura deverá abarcar múltiplos mecanismos para viabilização das conexões.

A fim de estimular ainda mais a atividade de produção e inserção de biometano na rede de distribuição, a Arsesp convida a todos os interessados a participar da Consulta Pública, que trata de uma nova proposta a ser implementada, com o objetivo de oferecer uma opção regulatória adicional para a interconexão de plantas de biometano ao sistema de distribuição.

Tal proposta consiste na criação de um segmento tarifário específico para produtores de biometano, com a aplicação da Tarifa de Uso de Distribuição Verde (TUSD-Verde), que leve em consideração as especificidades da inserção desse energético, assegure equilíbrio econômicofinanceiro da concessão e promova o desenvolvimento sustentável da infraestrutura de distribuição de gás, em consonância com os princípios de justiça tarifária e eficiência dos serviços.

A nova Deliberação disponibiliza mais uma alternativa econômica para que os produtores de biometano conectem suas plantas ao sistema de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo e para que o potencial do estado para produzir biometano seja aproveitado.

Para que isso ocorra, o normativo dispõe sobre as seguintes etapas: Chamada Pública para



Objetivo é oferecer uma opção regulatória adicional para a interconexão de plantas de biometano ao sistema de distribuição

interconexão à rede das plantas produtoras interessadas, apresentação do Plano de Negócios à Arsesp, proposta de TUSDverde (mediante abertura de audiência e consulta pública) e, por fim, celebração do CUSD entre fornecedor de biometano e a con-

Com mais essa ação, a Arsesp mostra que continua envidando esforços para o aprimoramento contínuo do mercado de biometano no estado de São Paulo, de modo a desenvolver um ambiente regulatório que traga previsibilidade, transparência, alinhado aos objetivos de longo prazo do Governo do Estado de São Paulo, de alcançar uma economia de baixo carbono, inovadora e ambientalmente responsável.

O regulamento para envio das contribuições está disponível no

site da Arsesp, na seção Consultas e Audiências Públicas. A Consulta Pública terá duração de 20 dias, iniciando nesta terça-feira (11) e podendo ser acessada até 1º de dezembro. Serão consideradas válidas apenas as manifestações identificadas com nome e telefone ou e-mail de contato. Após o encerramento do prazo, todas as contribuições serão divulgadas no site, com a devida proteção dos dados pessoais. O Conselho Diretor da Arsesp analisará as sugestões e publicará um relatório detalhado antes da deliberação final.

A Agência conta com a valorosa participação de todos os agentes envolvidos e interessados que, ao apresentar suas contribuições, colaboram para que se forje uma regulação moderna, resiliente e eficaz. (Governo de SP)

Governo recebe quatro propostas para o leilão da PPP de Travessias Hídricas

O Governo de São Paulo recebeu, na segunda-feira (10), quatro propostas para a disputa pela concessão do Sistema de Travessias Hídricas do Estado. Os documentos foram entregues na sede da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), de forma presencial e remota. Ao todo, foram duas propostas presenciais, apresentadas pelas empresas Acqua Vias SP – Internacional Marítima Ltda. e Comporte Participações S.A., e duas propostas enviadas de forma online, pelos grupos Consórcio Travessias SP e CS Infra S.A. O leilão do projeto será realizado nesta quinta-feira (13), às 16h, também na B3.

Com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões, o projeto prevê a renovação completa da infraestrutura e da frota, com novos terminais, embarcações modernas e serviços aprimorados. As melhorias garantirão mais conforto, segurança e eficiência no transporte de veículos e passageiros, além de ampliar o acesso turístico e a integração entre regiões.

As novas estruturas serão padronizadas e acessíveis, com ambientes climatizados, banheiros adaptados e áreas de alimentação e atendimento ao público. No total, o projeto contempla 14



• leilão do projeto será realizado nesta quinta-feira (13), às 16h, também na B3

linhas aquaviárias - sendo oito no litoral paulista, três na Região Metropolitana de São Paulo e três no Vale do Paraíba – com 45 novas embarcações elétricas, híbridas e de baixo consumo.

O modelo de Parceria Público-Privada (PPP), com prazo contratual de 20 anos, garante a manutenção da base tarifária atual, preservando gratuidade e beneficios já existentes para usuários e

moradores das regiões atendidas. Reconhecido pela Organiza-

ção para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o projeto é o primeiro do Brasil a receber a certificação Blue Dot Network ainda na fase de estruturação — um selo internacional que atesta governança, sustentabilidade ambiental, responsabi-

lidade social e transparência fi-Entre as rotas contempladas estão São Sebastião-Ilhabela, Santos-Vicente de Carvalho, Santos-Guarujá, Bertioga-Gua-

ruiá, Cananéia-Continente, Cananéia-Ilha Comprida, Cananéia-Ariri, Iguape-Juréia, Bororé-Grajaú, Taquacetuba-Bororé, João Basso-Taquacetuba, Porto Paraitinga, Porto Varginha e Porto Natividade da Serra.

Juntas, essas linhas transportam cerca de 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos por ano, sob fiscalização da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A iniciativa reafirma o compromisso do Governo do Estado com infraestrutura moderna, sustentabilidade e eficiência operacional.

O PPI-SP é uma iniciativa do Governo do Estado que visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/ Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, são mais de 30 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 550 bilhões em investimentos. (Governo de SP)

uma grande voz de uma grande multidão, que dizia: Aleluia! Salvação, e glória, e honra, e poder pertencem ao Senhor, nosso Deus, "Apocalipse 19.1

A PALAVRA - "E, depois destas coisas, ouvi no céu como que

O DIA Jornal

Rua Carlos Comenale, 263 3° andar - Bela Vista - SP CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

S. Paulo

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agricolas Folhapress

Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2025

INPC recua para 0,03% em outubro e acumula 4,49% em 12 meses

A inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou outubro em 0,03%, mostrando redução em relação ao 0,52% de setembro. Com o resultado, o acumulado de 12 meses fica em 4,49%. Nos 12 meses encerrados em setembro, o índice chegava a 5,1%.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em outubro, os produtos alimentícios pesquisados pelo IBGE tiveram variação nula (0%). Já os não alimentícios subiram 0,04%.

Conta de luz ajuda

O grupo de produtos e serviços que mais puxou o INPC para baixo foi a habitação (-0,32%), que representou impacto de menos 0,06 ponto percentual.

A explicação está na migração da bandeira tarifária vermelha patamar 2 para 1. No 2, há cobrança adicional de R\$ 7,87 na conta de luz a cada 100 Kwh consumidos. Já no nível 1, vigente em outubro, o extra é de R\$ 4,46. A cobrança extra é determinada pela Aneel para custear usinas termelétricas em tempos de baixa nos reservatórios das hidrelétricas. O adicional é necessário, pois a energia gerada pelas termelétricas é mais cara que a hidrelétrica.

Salários

O INPC é muito utilizado como indexador para cálculo de reajuste anual de salários de diversas categorias.

O salário-mínimo, por exemplo, além de outras métricas, leva o INPC anual de novembro para

chegar ao valor no ano seguinte. O seguro-desemprego, o beneficio e o teto do INSS são reajustados com base no resultado de dezembro

INPC x IPCA

O IBGE divulgou também nesta terça-feira o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conhecido como inflação oficial, que ficou em 0,09% em setembro e 4,68% em

A diferença entre os dois índices é que o INPC apura a inflação para as famílias com renda de um até cinco salários-mínimos e o IPCA para lares com renda de um até 40 salários-mínimos. Atualmente o mínimo é de R\$ 1.518.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam quase 25% do índice, mais do que no IPCA, cerca de 21%, pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida. Na ótica inversa, o preço de passagem de avião pesa menos no INPC do que no IPCA.

De acordo com o IBGE, a apuração do INPC "tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento".

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A coleta também é feita em Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (Agência Brasil)

Banco Central: bandeira de cartão terá de pagar transações em caso de falhas

O Banco Central (BC) publicou na segunda-feira (10) novas regras para o gerenciamento de riscos em arranjos de pagamento, que são os conjuntos de regras e procedimentos que disciplinam a prestação de determinados serviços de pagamento ao público, entre os quais os cartões de crédito e de débito.

Aprovadas após consulta pública realizada em 2024, as medidas, informou o BC, visam aumentar a segurança, a transparência e a eficiência no funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

As normas constam da Resolução BCB nº 522, que altera normas de 2021 que regulavam o tema.

Segundo o BC, as mudanças "asseguram maior clareza quanto às responsabilidades de cada participante e reforçam a proteção ao usuário recebedor de pagamentos". As regras entram em vigor imediatamente, mas as bandeiras de cartões terão 180 dias para ajustar seus regulamentos e solicitar autorização formal para adequação.

OBC deixou claro que as bandeiras, como Visa, Mastercard e Elo, passam a ser responsáveis diretas por garantir o pagamento das transações aos usuários recebedores, mesmo que ocorram falhas nos mecanismos de proteção do sistema. Se houver problemas em alguma instituição participante, como um emissor de cartão (bancos, fintechs e outros) ou credenciadora (maquininhas), a bandeira deverá utilizar recursos próprios para assegurar o repasse dos valores.

A resolução também estabelece que as bandeiras, consideradas as "instituidoras" dos arranjos de pagamento, não podem delegar às credenciadoras a responsabilidade pelo gerenciamento de riscos das subcredenciadoras, nem permitir a exigência de garantias entre participantes do arranjo. Além disso, fica vedado que credenciadoras ou subcredenciadoras discriminem emissores de cartões, reforçando o princípio conhecido como honor all cards (aceitar todos os cartões).

O novo marco regulatório também altera o processo de chargeback, reversão de uma transação contestada pelo titular do cartão. A norma limita a responsabilidade financeira dos participantes a 180 dias após a autorização da transação. Após esse prazo, caso as regras do arranjo permitam, a responsabilidade passa a ser integralmente da bandeira.

Apesar de conceder liberdade para que as bandeiras escolham seus mecanismos de gestão de risco, o BC destacou que essa escolha não as exime da responsabilidade final pela liquidação de todas as transações.

Outro ponto relevante é o aumento da exigência de transparência nos critérios de implementação e dimensionamento dos mecanismos de repasse e de gestão de riscos financeiros. O objetivo é deixar claro o papel de cada instituição — bandeiras, bancos, credenciadoras e subcredenciadoras — em caso de falha no fluxo de pagamento.

As novas regras também reforçam o monitoramento centralizado das operações, obrigando todas as subcredenciadoras a participarem integralmente dos sistemas de liquidação e compensação centralizadas, o que deve reduzir vulnerabilidades nas ope-

O BC informou que a resolução traz comandos específicos para aprimorar a gestão de riscos de fraudes e golpes, além de medidas de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. As medidas também alinham os procedimentos dos arranjos de pagamento aos padrões de controle exigidos do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Embora as novas regras já estejam em vigor, as instituições terão até 180 dias para protocolar pedidos de autorização de ajustes nos regulamentos dos arranjos de pagamento e para implementar as mudanças operacionais exigidas.

"Os regulamentos atuais continuam válidos até a autorização das alterações", informou o BC em nota.

A autoridade monetária destacou ainda que o conjunto de medidas traz maior robustez ao arcabouço regulatório do setor e fortalece a confiança dos consumidores e empresas nas operações eletrônicas de pagamento. (Agência Brasil)

OCDE: reforma tributária brasileira tornará economia mais competitiva Estudo da Organização para

a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado nessa segunda-feira (10), traz referências positivas sobre a reforma tributária brasileira. De acordo com o documento The Reform of Brazil's Consumption Tax System (A Reforma Brasileira do Sistema Tributário sobre o Consumo), a reforma deverá tornar o ambiente econômico mais competitivo e favorável aos investidores.

'Essa reforma representa grande promessa para um ambiente econômico mais competitivo e favorável aos investidores no Brasil, além de uma tributação do consumo mais justa e transparente", diz o texto.

O documento destaca que a reforma introduz um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) totalmente novo e moderno, que substituirá os cinco principais impostos sobre o consumo atualmente aplicados nos âmbitos federal e estadual. O novo sistema será composto por um IVA dual, formado pelo IVA federal, e pelo IVA estadual e municipal, ambos regidos pelas mesmas normas.

'Ambos os componentes do sistema dual de IVA estarão sujeitos às mesmas regras quanto à definição de sujeitos pas-

sivos, operações tributáveis e fatos geradores de imposto, alíquota de imposto, isenções e casos de não tributação, créditos de imposto sobre insumos e regimes específicos e favorecidos", diz o texto.

O texto elogia ainda a reforma por determinar que tanto o IVA federal quanto o estadual e o municipal devem compartilhar a mesma base de cálculo. "Nem o governo federal, nem os estados e municípios terão autonomia para alterar ou adotar uma base diferente. Isso tem o potencial de reduzir significativamente a complexidade do atual sistema e de eliminar muitas das distorções a ele associadas".

O documento ressalta também que, para o bom funcionamento do novo sistema de impostos, será necessário estabelecer um entendimento padrão para todas as instâncias administrativas das normas sobre os dois modelos de IVA.

"Para o sucesso da reforma tributária brasileira, será crucial garantir a consistência na interpretação das normas comuns aplicáveis aos dois IVAs. Permitir que cada um dos 27 estados e 5.570 municípios emita regulamentos e interpretações individuais prejudicaria o objetivo da reforma". (Agência Brasil)

Agricultura quer blindar seguro rural de cortes no Orçamento da União



O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, defendeu nesta terça-feira (11) a adoção de novas regras para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Ao sair de reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ele disse que as propostas pretendem ampliar a proteção aos produtores e evitar contingenciamentos de recursos do programa.

Segundo Fávaro, a proposta da pasta prevê três medidas principais: a proibição de cortes orçamentários, a ampliação do uso do seguro paramétrico (baseado em parâmetros automáticos) e a obrigatoriedade da contratação do seguro para produtores que tiverem acesso a crédito com juros subsidiados.

O Seguro Rural cobre a inadimplência em linhas de crédito em caso de imprevistos e de perdas na produção.

"O seguro rural é uma ferramenta muito importante, mas que não cumpre mais a sua finalidade no Brasil", disse o ministro. Segundo ele, a proposta busca dar previsibilidade ao setor e impedir bloqueios de recursos, que atualmente somam cerca de R\$ 350 milhões.

Modelo paramétrico

O modelo paramétrico usa indicadores previamente definidos, como volume de chuva ou temperatura, para determinar automaticamente o pagamento de indenizações em caso de eventos climáticos extremos. Nesse formato, não é necessária a comprovação direta da perda da produção, reduzindo a burocracia e acelerando a concessão do seguro, ao dispensar procedimentos como perícias na propriedade rural.

"Queremos garantir um orçamento fixo e não contingenciável, para que o produtor tenha segurança de que o seguro vai funcionar quando ele mais precisar", explicou Fávaro.

Ele informou que as fontes de compensação fiscal – recursos que compensarão a ausência de contingenciamento - já foram apresentadas ao Ministério da Fazenda.

Seguro obrigatório

Fávaro também defendeu que a contratação do seguro seja obrigatória para produtores que obtêm crédito rural com juros reduzidos. Segundo o ministro, a medida visa evitar o endividamento decorrente de quebras de safra e reduzir a necessidade de renegociações de dívidas junto ao Tesouro Nacional.

"O produtor que tem acesso a crédito com juros subsidiados também deve ter o seguro. Se ele já tem o benefício do crédito, precisa ter a proteção", explicou.

Tramitação O governo pretende incor-

porar a proposta a um projeto de lei da senadora Tereza Cristina (PP-MS), que já tramita no Congresso Nacional e trata do aperfeiçoamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Atualmente, o programa federal subsidia entre 20% e 40% do custo do seguro rural contratado, conforme o tipo de cultura e a região do país. O produtor arca com o restante do valor. O objetivo é reduzir os riscos de perdas agrícolas e evitar renegociações de dívidas em caso de eventos climáticos adversos. (Agência Brasil)

Inflação oficial de outubro fica em 0,09%, menor para o mês desde 1998

puxou a inflação oficial para baixo e fez o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998. Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação havia sido de 0,56%.

Com esse resultado, o IPCA acumulado em 12 meses é 4,68%, uma redução na comparação com os 5,17% dos 12 meses terminados em setembro. E a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, está ainda acima da meta do governo, de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, no máximo 4,5%.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conta de luz

A energia elétrica residencial recuou 2,39% no mês, representando impacto de -0,1 ponto percentual no IPCA.

A explicação está na migração da bandeira tarifária vermelha patamar 2 para 1. No 2, há cobrança adicional de R\$ 7,87 na conta de luz a cada 100 kilowatts (Kwh) consumidos. Já no nível

1, vigente em outubro, o extra é de R\$ 4.46.

A cobrança extra é determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para custear usinas termelétricas em tempos de baixa nos reservatórios das hidrelétricas. O adicional é necessário, pois a energia gerada pelas termelétricas é mais cara que a hidrelétrica.

De acordo com o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, se não houvesse o alívio na conta de luz, o IPCA de outubro ficaria em 0.20%.

Depois de ter caído durante quatro meses seguidos, o grupo alimentação e bebidas, que tem o maior peso no custo mensal das famílias, apresentou estabilidade, variando 0,01%.

Essa variação de alimentos e bebidas é a menos para um mês de outubro desde 2017 (-0,05%).

O IBGE deu destaque às quedas do arroz (-2,49%) e do leite longa vida (-1,88%). No sentido oposto, a batata-inglesa subiu 8,56% e o óleo de soja, 4,64%. Confira como se comportaram

os preços dos determinados grupos de produtos e serviços:

- Alimentação e bebidas: $0.01\% (0.00 \,\mathrm{p.p.})$
 - Habitação: -0,30% (-0,05 p.p.) - Artigos de residência:

- Vestuário: 0,51% (0,02 p.p.)
- Transportes: 0,11% (0,02)
- Saúde e cuidados pessoais: $0.41\% (0.06 \,\mathrm{p.p.})$
- Despesas pessoais: 0,45%

- Educação: 0,06% (0,00 p.p.) - Comunicação: -0,16% (0,00 p.p.)De todos os 377 produtos e

serviços pesquisados, as maiores altas foram do aluguel residencial (0,93%) e da passagem aérea (4,48%). Ambos responderam individualmente por 0,03 p.p. O acumulado de 12 meses do

IPCA é o 13º seguido fora do limite de tolerância do governo. Esse é um dos motivos principais para o Banco Central manter a taxa de juros básicos da economia, a Selic, em 15% ao ano, o maior patamar desde julho de 2006 (15,25%).

O juro alto encarece o crédito e desestimula investimentos e o consumo, dessa forma, funciona como um freio na economia, reduzindo a procura por produtos e serviços e, consequentemente, esfriando a inflação.

O IBGE desagrega o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia - ou seja, mais suscetíveis à taxa Selic - e o de preços monitorados, que costumam ser controlados por contratos, e os combustíveis.

A inflação de serviços marcou 0,41% em outubro e 6,20% em 12 meses. Já os monitorados recuaram 0,16% no mês e sobem 4,20% em 12 meses.

O boletim Focus dessa segunda-feira (10), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, estima que a inflação oficial ao fim de 2025 será de 4,55%./A Selic deve terminar o ano em 15%, aponta o

Confira as informações sobre a inflação no Repórter Brasil Tarde, da TV Brasil O IPCA apura o custo de

vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Ao todos, são coletados preços de 377 subitens (produtos e serviços).

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP Página 4 Nacional Nacional Pédente Servición do Péde Meia ganha R\$ 200 se fizer dois dias de Enem

Cate Central faz mutirão de emprego nesta quinta-feira (13) com 1.000 vagas na área de logística

A unidade central do Cate -Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, da Prefeitura de São Paulo, realiza na próxima quinta-feira, 13 de novembro, o Contrata SP – Mercado Livre, na área de logística, com 1.000 vagas. As inscrições podem ser feitas pelo Portal Cate até a véspera da seleção, ou em qualquer unidade do Cate para pré-triagem e retirada da carta de encaminhamento. As vagas para auxiliar de logística são para trabalhar na cidade de Cajamar, região metropolitana de São Paulo, sendo preferencial candidatos da zona norte da capital, a empresa irá disponibilizar ônibus fretado para quem mora na região.

Entre os bairros atendidos pelo transporte estão Brasilândia, Vila Nova Cachoeirinha, Jardim Peri, Paulistano, Morro Doce, Jaraguá, Pirituba, Pq Tietê, Pq. Taipas, Perus, Rio Pequeno, entre outros. Não é exigida experiência anterior, mas é necessário ter ensino fundamental completo.

O salário é de R\$ 2.025, mais bônus de R\$180 mensal, e beneficios como vale alimentação, refeição no local, assistência médica, entre outros. Há necessidade de disponibilidade para trabalho entre 14h e 22h36 ou 22h48 e 06h07, com adicional noturno.

No dia do processo deve ser apresentado RG, CPF e carteira de trabalho (física ou digital). O início das atividades está programado para este ano.

Outras oportunidades na

O Cate está com mais de 2.800 vagas de emprego em áreas como comércio, serviços, construção civil, entre outras. Os salários variam de acordo com os cargos, indo de R\$ 700 (estágio) até R\$ 5.038 (coordenador pedagógico). Para participar do processo seletivo, os interessados devem se cadastrar no Portal Cate ou comparecer a uma das 46 unidades do centro – incluindo postos fixos e móveis – até 12 de novembro. (Prefeitura de SP)

Delegado aponta risco no combate a crimes ambientais com PL Antifacção



No momento em que negociadores diplomáticos do mundo inteiro estão reunidos no Brasil para discutir a pauta de mudanças climáticas, o conteúdo do projeto de lei Antifacção, em tramitação na Câmara dos Deputados, poderia causar um impacto muito negativo na atuação da Polícia Federal (PF) no combate a delitos ambientais vinculados ao crime organizado, como o garimpo e o tráfico de drogas na Amazônia. É o que aponta o diretor de Amazônia e Meio Ambiente da PF, Humberto Freire de Barros.

'No momento em que o mundo inteiro está trabalhando a criação de novas parcerias, em que o próprio Brasil criou o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, o CCIP Amazônia, é surpreendente que a gente tenha uma proposta que busque excluir a Polícia Federal de certas investigações e de certas atribuições". disse o delegado à Agência Brasil, enquanto circulava pelos corredores da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, na tarde desta terça-

Parecer do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do projeto, condicionou as investigações conjuntas da Polícia Federal com forças estaduais sobre crimes relacionados a facções criminosas a um pedido formal do governador. Derrite, que ocupava o cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo, na gestão Tarcísio de Freitas, se licenciou do cargo para à Câmara justamente para atuar nessa relatoria. Após pressões, ele recuou e modificou o artigo 11 do texto para permitir que a PF faça operações conjuntas com as policias estaduais sem a necessidade de

aval do governador.

"Com certeza [a restrição se aplicaria a crimes ambientais porque condicionaria a Polícia Federal a investigar garimpo ilegal, extração de madeira, em determinado determinados estados da Amazônia Legal, ao pedido desse estado", observou Freire Barros. "Isso é inconcebível", acrescentou.

Especialistas, o governo e a própria PF argumentaram que o primeiro texto do relator era inconstitucional, por condicionar operações conjuntas da PF com forças estaduais a uma provocação do governador, retirando atribuições da organização, ligada à União.

A repercussão do caso levou o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que foi quem indicou Derrite para relatar o projeto de lei, a descartar qualquer alteração que prejudique a autonomia de investigacão pela PF.

Criada em 2023, a Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente da PF buscou priorizar e intensificar o combate ao crime organizado na região e aos crimes ambientais.

"Conseguimos formatar uma grande parceria, um impacto realmente para proteção da Pan Amazônia, combatendo para isso os crimes ambientais que infelizmente se fortaleceram em um período recente. O minério ilegal se instalou na Amazônia, a retirada de madeira, grilagem de terra e a gente desencadeou, com o Plano Amas, as ações para reverter ver tudo isso", destacou o diretor. Freire Barros enfatizou que

o foco da PF é principalmente o trabalho de inteligência, para desmantelar o comando e o financiamento do garimpo ilegal e outros crimes associados, como desmatamento e extração ilegal de madeira. (Agência Brasil)

Os concluintes do ensino médio em 2025 que fazem parte do programa Pé-de-Meia e participarem dos dois dias de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) podem receber um incentivo adicional de R\$ 200.

O Pé-de-Meia foi criado pelo governo federal para promover a permanência e a conclusão escolar do ensino médio, além de incentivar a participação no Enem para acesso ao ensino superior.

Já o Enem representa a principal porta de entrada para a educação superior. As notas do Enem são usadas nas seleções do Ministério da Educação (MEC): Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Depósito

A parcela única extra será de-

positada após confirmação da aprovação e conclusão do ensino médio. A conta bancária da Caixa Econômica Federal é a mesma usada para crédito das demais parcelas do programa.

O valor pode ser movimentado ou sacado imediatamente, se o participante desejar. Basta acessar o aplicativo Caixa Tem, se o aluno tiver 18 anos ou mais.

O participante poderá consultar no aplicativo Jornada do Estudante, do MEC, o status de pagamentos (rejeitados ou aprovados), as informações escolares e regras do programa.

Dois dias de Enem

A aplicação das provas do Enem 2025 ocorre em dois dias. em 9 e 16 de novembro.

No último domingo (9), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aplicou as provas do primeiro dia do Enem, com 45 questões de linguagens (língua portuguesa, literatura, língua estrangeira (inglês ou espanhol, artes, educação física e tecnologias da informação e comunicação) e 45 itens de ciências humanas (história, geografia e filosofia e sociologia), além da redação, que, em 2025, teve o tema "Perspectivas acerca do envelhecimento na so-

ciedade brasileira". No próximo domingo (16), segundo dia do exame, os participantes resolverão itens de ciências da natureza (biologia, física e química) e matemática.

Quem tem direito ao Pé-de-

Para ter direito à chamada poupança do ensino médio, é preciso atender aos seguintes

. ser estudante do ensino médio das redes públicas e ter entre 14 e 24 anos; ou ser estudante da educação de jovens e adultos (EJA) das redes públicas e ter entre 19 e

. ser integrante de uma família inscrita no Cadastro Unico para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) até a data referência 7 de fevereiro de 2025 e que tenha renda, por pessoa, de até meio salário mínimo (R\$ 759, em 2025);

. possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular; e . ter frequência nas aulas de

no mínimo 80% no mês.

Atualmente, o Pé-de-Meia atende cerca de 4 milhões de estudantes do ensino médio das redes públicas em todo o país. (Agência Brasil)

Brasileiros sacaram R\$ 455,68 milhões esquecidos em bancos em setembro

Os brasileiros sacaram, em setembro deste ano, R\$ 455,68 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (11) pelo Banco Central (BC). No total, o Sistema de Valores a Receber (SVR) já devolveu R\$ 12,22 bilhões a clientes bancários, mas ainda há R\$ 9,73 bilhões disponíveis para saque.

O SRV é um serviço do BC no qual o cidadão pode consultar se ele próprio, sua empresa ou pessoa falecida tem dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição, como financeiras e corretoras.

Para a consulta, não é preciso fazer login % basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento do cidadão ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas

Caso o resultado seja positivo, é preciso acessar o sistema para verificar quanto de dinheiro há a receber, a origem desse valor, a instituição que deve fazer a devolução e seus dados de contato e outras informações adicionais. Para isso, há a necessidade de login com a conta Gov.br - nos níveis prata ou ouro e com verificação em duas etapas habilitada.

Resgate

O dinheiro pode ser resgatado de três formas: a primeira é entrar em contato diretamente com a instituição responsável pelo valor e solicitar o recebimento; a segunda é fazer a solicitação pelo próprio Sistema de Valores a Receber.

Em maio deste ano, o Banco Central inaugurou uma nova funcionalidade no sistema: a solicitação automática de resgate de valores. Com ela, o cidadão não precisará consultar o sistema periodicamente nem registrar manualmente a solicitação de cada valor que existe em seu nome.

Caso seja disponibilizado algum recurso por instituições financeiras, o crédito será feito diretamente na conta do cidadão. A solicitação automática de resgate é exclusiva para pessoas físicas e está disponível apenas para quem possui chave Pix do tipo CPF. A adesão ao serviço é facultativa.

Beneficiários

As origens dos valores esquecidos são:

Contas-correntes ou poupanças encerradas

Cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito Recursos não procurados de

grupos de consórcio encerrados Tarifas cobradas indevidamente Parcelas ou despesas de ope-

rações de crédito cobradas inde-

vidamente Contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas



por corretoras e distribuidoras encerradas

Outros recursos disponíveis nas instituições para devolução As estatísticas do SVR são

divulgadas pelo BC com dois meses de defasagem, com a atualização de novas fontes de valores esquecidos no sistema financeiro.

Em relação ao número de beneficiários, até o fim de setembro, 34.286.689 correntistas haviam resgatado valores, sendo 30.926.111 pessoas físicas e 3.360.578 pessoas jurídicas. Por outro lado, 53.374.323 beneficiários ainda não sacaram seus recursos. Destes, 48.639.667 são pessoas físicas e 4.734.656 pessoas jurídicas

A maior parte das pessoas e empresas têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 64,63% dos

beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 23,84% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,72% dos clientes. Só 1,81% têm direito a receber mais de R\$ 1 mil.

Golpes

O Banco Central alerta os correntistas a terem cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O BC ressalta que todos os serviços do Sistema de Valores a Receber são totalmente gratuitos, e que não envia links, nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

A autarquia também pede que nenhuma pessoa forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer esse tipo de pedido. (Agência Brasil)

Governo quer mudanças no PL Antifacção em relação à PF e terrorismo

O governo federal fixou dois pontos principais que deseja alterar no substitutivo do Projeto de Lei Antifacção, apresentado pelo relator Guilherme Derrite (PP-SP): o papel e as atribuições da Polícia Federal (PF) no combate ao crime organizado e o uso da Lei das Organizações Criminosas, e não na Lei Antiterrorismo, para o estabelecimento de penas contra as facções. O argumento é que o emprego da Lei Antiterrorismo, como está no texto do relator, cria pretexto para interferências de países estrangeiros no Brasil.

Em reunião de líderes da Câmara nesta terça-feira (11), o líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), destacou que estão sendo discutidas mudanças no texto para se votar o mérito da matéria nesta quarta-feira (12).

'Tem um relator que foi definido legitimamente pelo presidente da Casa e nós vamos negociar com ele até amanhã [quarta-feira], se for necessário [vamos trabalhar] à noite toda para votarmos essa matéria", disse o parlamentar.

O texto apresentado por Guilherme Derrite foi criticado por especialistas, pelo governo federal e pela Polícia Federal por condicionar as operações conjuntas entre policiais federais e estaduais a uma solicitação do

Após as críticas, Derrite recuou e apresentou novo texto retirando a exigência de pedido

do governador para investigações conjuntas entre as polícias. Porém, o relator, que pediu licença do cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo para relatar o projeto, incluiu a exigência de a PF comunicar os estados sobre as operações contra o crime organizado.

O líder do governo, José Guimarães, defendeu que as atribuições da Polícia Federal não devem ser alteradas pelo projeto.

'Polícia Federal nem dá para tirar, nem botar. E deixar como está. A Polícia Federal tem autonomia para fazer as operações que ela quiser. E, portanto, nós vamos buscar esse entendimento", afirmou.

Terrorismo

Outro tema de divergência é em relação às modificações na Lei Antiterrorismo. O substitutivo de Guilherme Derrite inclui nessa lei as penas mais duras

para os membros de facções cri-

O governo concorda que é possível aumentar as penas, mas que seja feito na Lei das Organizações Criminosas para evitar que país estrangeiro use a questão para prejudicar o Brasil. "Nós somos favoráveis a au-

mentar a pena, então por que colocar na Lei Antiterrorista? Os prejuízos econômicos serão enormes, como já explicou o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad. Um fundo da Arábia Saudita, que quer investir no país, às vezes tem cláusulas que não pode investir no país que tenha organizações terroristas", justificou o parlamentar.

Em seu parecer, o relator Guilherme Derrite argumenta que o risco de interferência estrangeira estaria afastado uma vez que o projeto não classificaria as facções como terroristas "em sentido estrito".

"Não se trata de classificar

as organizações criminosas, paramilitares ou milícias privadas como organizações terroristas em sentido estrito, mas de reconhecer que certas práticas cometidas por essas estruturas produzem efeitos sociais e políticos equivalentes aos atos de terrorismo, justificando, portanto, um tratamento penal equiparado quanto à gravidade e às consequências jurídicas", explicou.

O governo entende que essa justificativa não se sustenta, como explicou à Agência Brasil o secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Mário Sarrubbo.

"Para um país estrangeiro, não haverá distinção nenhuma nessa questão. Ou seja, o estrangeiro vai olhar e vai falar que estamos equiparando [criminoso] a terrorista. Vão dizer que o Brasil abriga grupos terroristas", reafirma Sarrubbo.

O líder do PP na Câmara, deputado Doutor Luizinho (PP-RJ). saiu em defesa do relator Guilherme Derrite e disse estar seguro de que a Câmara chegará a um texto que agrade também ao governo.

"Nós estamos sendo extremamente corretos com o governo na maioria absoluta das matérias, e não será diferente desta vez. Teremos um deputado progressista que vai ser correto, acima de tudo com o Brasil, e vamos ter um relatório que possa chegar de forma a ser aprovado no plenário", disse. (Agência Brasil)

Página 5

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Edital de 1º Convocação para a Nona Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156º e 157º Séries da 1º Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora" respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 156° e 157º Série da 1º Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem**se em 1º convocação para a Nona Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a se realizar no dia 03 de dezembro de 2025 às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre a suspensão os efeitos da cláusula 4.12.1 do Termo de Securitização pelo período de 12 (doze). Caso aprovada a ordem do dia, a Securitizadora não exercerá o Resgate Antecipado dos CRI durante o período indicado e, ao final do prazo, deverá convocar uma nova assembleia de Titulares dos CRI para tratar sobre o tema. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que c modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI pessoa física são: cópia do documento de identidade do titula do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa** jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

Brazilian Securities Companhia de Securitização

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2025 1. Data, Hora e Local. Realizada no dia 24 de outubro de 2025, às 10h00, de forma remota e por videoconferência, considerada

ealizada, para todos os fins, na sede social da **Solví Participações S.A.**, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida realizada, para todos os fins, na sede social da Solvi Participações S.A., na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Conçalo Madeira, nº 400FR, 1º andar, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia"). 2. Comvocação. Dispensadas as formalidades de convocação prévia por estarem presentes a totalidade dos conselheiros, nos termos do parágrafo 2º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), ed oparágrafo 4º do artigo 1.24 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Acões"). 3. Presença. A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Participou ainda como convidada a 5ra. Milena Melisa Gomes Saraiva como Secretária. 4. Mesa. Carlos Leal Villa - Presidente da Mesa e Milena Melisa Gomes Saraiva - Secretária. 5. Ordem do como Secretária. 4. Mesa. Carlos Leal Villa - Presidente da Mesa e Milena Melissa Gomes Saraiva - Secretária. 5. Ordem do Dia. Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) a prestação de garantia fidejussória, pela Companhia, na forma de fiança ("Fiança"), como devedora principal e solidária à Emissora (conforme abaixo definido), obrigando-se pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) pela Solvi Essencis Ambiental S.A., inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sol A v.O.633.170/0001-83 ("Solvi Essencis" ou "Fmissora"), no âmbito 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da Solvi Essencis; no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("debêntures" e "Emissão", respectivamente), a qual será objeto de oferta pública de distribuição, a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o rito de egistro automático, da distribuição com a regisar da explaida de coloração para a Atalidada de Control de Finis São de Valores Mobiliários ("CVM") sob o rito de egistro automático, de distribuição, em perima de argunta firme de coloração para a Atalidada de Control de Finis São de Valores Mobiliários ("CVM") sob o rito de Egistra automático de distribuição. registro automático de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 4 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), observados os termos e condições a serem previstos do "Instrumento Particular de Escritura da 6º (Sexto) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversiveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejusosirá, em Série Unica, para Distribuição Pública bo o Rito de Registro Automático, da Solvi Essencis Ambiental S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Solvi Essencis, na qualidade de emissora das Debêntures, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPI/MF sob o n° 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário"), e a Companhia, na qualidade de fiadora, com a renúncia expressa a todo e qualque henefício de ordem. Dem como a direitos e faculdades de exporeação de qualquer natureza, inclusive os previstos nos articos 333. Debentures ("Agente-louciano"), e a Compannia, na qualidade de enadora, com a renuncia expressa a todo e qualquer benetico de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, do Código Civil e artigos 130 e 794 e parágrafos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), sendo que a Fiança permanecerá válida e em pleno vigor até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, nos termos descritos na Escritura de Emissão; (ii) a autorização para a prática, pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores constituídos, de todo e qualquer ato necessário ou conveniente à efetivação das deliberações desta reunião, inclusive a celebração de todos os documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, a (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a sex anlicíveiça à Emissão a "Enagoa à Copañanto de Coordenarão". a ser aplicáveis à Emissão, à Fiança, às Debèntures e à Oferta, (b) celebrar a Escritura de Emissão, *o "Contrato de Coordenação,* Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debèntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografória, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito Agoes, ao Especie Quirografaria, com Garantia Halejussoria Adicional, em serie Unica, para Usistriaução Publica, so do Alto de Registra Automática, da 6º (Escta) Emissão da Solvi Essencis Ambiental S.A." ("Contrato de Distribuição"), bem como assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e eventuais aditamentos relacionados à Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferto, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do da Emissão, da Fiança e da Oferta; e (c) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a 83.5.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão 83 ("83"), a Associação Brasileira das Entidades dos Marcades Fisançaiça e da Cantisi ("NAINIAM"), a CVIA ou quisições quitas festigas qua actual quais está por esta de su para esta de su como de como d dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão, da Fiança e da Oferta; (iii) o ratificação dos atos relacionados às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às Debêntures, à Emissão, à Oferta relacionados as delinerações acima ja praticados pela Diretoria da Companhia relacionados as Debentures, a Emissao, a Uterta e á fainça; e (Ny consignar a abstenção da San Denise Pauli Pavarina, na votação das matérias a serem edirendas nesta reunião.

6. Deliberações. Instalada a reunião extraordinária do conselho de administração, após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por maioria e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberam sobre a: (I) aprovar a prestação, pela Companhia, da Fiança no âmbito da Oferta, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, com a renúncia expressa a todo e qualquer beneficio de ordem, bem omo a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364: como a direitos e taculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 368, 368, 361, 281, 284, 287, 384, 385, 386, 387, 381 e 383, do Código Cwi e artigos 130 e 794 e parágrafo código de Processo Civil, sendo que a Fiança permanecerá válida e em pleno vigor até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, nos termos descritos na Escritura de Emissão. (il) autorizar a prática, pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores constituídos, de todo e qualquer ato necessário ou conveniente à efetivação das deliberações desta reunião, inclusiva e a celebração de todos os documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, a (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, bem como assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e eventuais aditamentos relacionados à Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, implementação a // una perfetoramento de da Emissão, de Fiança e/o defeta; e/o l particar e/o lorgatica e/o qualque e/o expunsor qualquer atos expunsor expu relacionados a Emissão, a Fiança, as Debentures e a Oterta, que venham a ser necessários e/ou convenientes a realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do da Emissão, da Fiança e da Oferta, e/c (praticados e o oteres dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão, da Fiança e da Oferta; (iii) ratificar os atos relacionados às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às Debêntures, à Emissão, à Oferta e à Fiança; e (iv) a Companhia resolve consignar a abstenção da Sra. Denise Pauli Pavarina, na votação das matérias ora deliberadas. 7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados; lavrando se a presente ata que, lida e achada conforme foi assinada pelo presidente Carlos Levilla e ne pala sercerária Milena Melisa Gomes Saráya. Conselheiros resentes: Carlos Levilla e achada conforme foi da signada pelo presidente Carlos Levilla e ne pala sercerária Milena Melisa Gomes Saráya. Conselheiros resentes: Carlos Levilla e achada conforme foi da carlos Levilla e pala sercerária Milena Melisa Gomes Saráya. Conselheiros resentes: Carlos Levilla e carlos Levilla e conforme foi de carlos Levilla e a chada conforme foi de carlos Levilla e pela sercerária Milena Melisa Gomes Saráya. Conselheiros espectes Carlos Levilla e carlos e carlos Levilla e carlos e a carlos e c assinada pelo presidente **Carlos Leal Villa** e pela secretária **Milena Melissa Gomes Saraiva**. Conselheiros presentes: Carlos Leal Villa, Fernando Lima Rocha Lohmann, Marcelo Moses de Oliveira Lyrio, Albérlco Machado Mascarenhas, Antonio Carlos Manssour Lacerda e Denise Pauli Pavarina. **8. Assinatura Digital:** A presente ata poderá ser celebrada eletronicamente com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos com relação ao signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, da qual os signatários abaixo especificados declaram possuir total conhecimento. Para todos os fins e efeitos de direito, os signatários abaixo especificados reconhecem, de forma irrevogável e irretratavel, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital. A presente ata confere com a original lovrada em livro próprio. São Paulo/SP, 24 de outubro de 2025. Milena certificado digital. *A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio*. São Paulo/SP, 24 de outubro de 2025. Mil Melissa Gomes Saraiva - Secretária. JUCESP nº 366.167/2-0 em 03/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 57º (QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA) EMISSÃO, DAS 1º E 2º SÉRIES, DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO onvocados os Titulares de CRA das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 57ª Emissão da **VIRGO COMPA**-NHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05501-900 (<u>"Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão"</u> e "<u>Emissora",</u> respectivamente) a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("<u>Agente Fiduciário</u>"), e os represenantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para assembleia geral de Titulares dos CRA ("<u>Assem</u> oleia"), a ser realizada em 02 de dezembro de 2025 às 16h, de forma exclusivamente remota e eletró nica através da plataforma Microsoft Teams, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliário. <u>("CVM")</u> nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("<u>Resolução CVM 60"</u>), nos termos deste edital, a fin le, conforme na cláusula 14.2.1 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 57ª Emissão* das 1ª e 2ª séries, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Virgo Companhia de Securitização" celebrado er tre a Emissora e o Agente Fiduciário em 21 de setembro de 2021, aditado em 25 de outubro de 2021 ("Termo de Se uritização"), deliberar sobre: 1) a anuência prévia nos termo da Cláusulas 4.18.2, item (xvii), alínea (a)", do Tembre de Securitização e das Cláusulas 6.2, item (xvii), da CPR-F1 (conforme definida no Termo de Securitização) e 6.2, item (xv), da CPR-F 2 (conforme definida no Termo de Securitização), de modo a não caracterizar evento de vencimento a tecipado, para que a **PLIUMA AGRO AVICOLA LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Rodovia PR 281 Km 516,4, S/N, Linha Santo Izidoro, CEP 85.660-000, na cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, inscrita no Cadas tro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 04.656.883/0001-43 ("Devedora"), even tualmente contrate novas dividas com terceiros (excluidas suas partes relacionadas), no âmbito do mercado finance ro ou de capitais, em qualquer valor, até outubro de 2026 (inclusive), desde que a Devedora esteja em cumpriment com os Índices Financeiros (conforme definido no Termo de Securitização) e demais obrigações estabelecidas nos Do cumentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) e que as novas dividas contratadas não impli quem, direta ou indiretamente, em ônus, garantias ou restrições adicionais sobre os direitos creditórios de titularida de da Emissora ou sobre as garantias vinculadas a Emissão: 2) a anuência prévia, nos termos da Cláusula 4.18.2, iten xviii), do Termo de Securitização e das Cláusulas 6.2, item (xviii), da CPR-F 1 e 6.2, item (xvi), da CPR-F 2, de modo a não caracterizar evento de vencimento antecipado, para a prestação, pela **BELLO ALIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia BR 163, km 74, s/nº, zona rural, CEP 79.965-000, na cidade de Itaquiria, estado de Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 08.201.770/0001-04 ("Bello Alimes"), pelo LAURI FRANSCISCO PALUDO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº . 196.884.269-20, separado judicialmente, domiciliado na cidade de Cascavel, estado do Paraná, na Rua Dom Pedro II 1502, Centro, CEP 85.812-120 ("<u>Sr. Lauri</u>"), pelo **ADRIANO MAXIMINO PALUDO**, inscrito no CPI sob o nº 526.267.179-91, casado sob regime de comunhão universal de bens, domiciliado na cidade de Cascavel, es tado do Paraná, na Rua Rua Mato Grosso, 2687, ap. 1701, Centro CEP 85.812-020 ("<u>Sr. Adriano</u>"), pelo **MAURI AN-TÔNIO MAZUREK**, inscrito no CPF sob o nº 220.823.879-68, casado sob regime de comunhão parcial de bens, doniciliado na cidade de Cascavel, estado do Paraná, na Rua Salgado Filho, 3173 Centro CEP: 85810-140 ("Sr. Mauri" e pelo **ADROALDO ANTÔNIO PALUDO**, inscrito no CPF sob o nº 597.580.669-00, casado sob regime de comunhão universal de bens, domiciliado na cidade de Cascavel, estado do Paraná, na Rua Goiás, nº 1643, bloco 1, apto 901 sala A, Bairro Country, CEP 85813-070 ("<u>Sr. Adroaldo</u>" e, em conjunto com a Bello Alimentos, o Sr. Adriano e o Sr. Mau-ri, os "<u>Avalistas"),</u> de garantias fidejussórias, exclusivamente relacionadas às novas dívidas que vierem a ser contratadas pela Devedora com terceiros (excluídas partes relacionadas), conforme o item (i) acima, na forma de avais, a se rem outorgados no âmbito de eventuais dívidas a serem contratadas pela Devedora com terceiros (excluídas parte relacionadas), no âmbito do mercado financeiro ou de capitais, em qualquer valor, até outubro de 2026 (inclusive) desde que os Avalistas estejam em cumprimento com as obrigações estabelecidas nos Documentos da Operação; No caso de aprovação das matérias constantes nos itens (i) e (ii) acima, será realizado o pagamento de prêmio pela De-vedora ("<u>Waiver Fee</u>") aos Titulares dos CRA da 1ª Série, proporcionalmente à quantidade de CRA detida por cada um. O *Waiver Fee* corresponderá ao valor equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento), calculado sobre o saldo devedor, em uma única parcela, na data de pagamento do prêmio, que será em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de realização da Assembleia ("<u>Data de Pagamento do Prêmio</u>"), utilizando-se os procedimentos adotados pela B3. O valor final do Waiver Fee a ser pago será devidamente confirmado pela Emissora e informado a Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data de Pagamento do Prêmio, através do e-mai Fee = PU PAR x (0,15%). Onde: Waiver Fee: valor unitário a ser pago por CRA, expresso em R\$/CRA, calculado com 8 oito) casas decimais sem arredondamento; e PU PAR: valor nominal unitário do CRA, descontadas as amortizaçõe quando houver acrescido da remuneração acumulada desde o último evento de pagamento de juros até a data d referência, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento. <u>Informações Gerais aos Titulares de CRA</u>: C material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emisso www.virgo.inc, e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que quórum de instalação da Assembleia, será em primeira convocação, com a presença de titulares de CRA que repre entem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, con Jualquer número, conforme cláusula 14.12 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas pelos voto: avoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois tercos) dos CRA em Circulação, em primeira convocação, ou maioria dos CRA presentes na Assembleia Geral de Titulares de CRA, em segunda convocação, en qualquer convocação subsequente, desde que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circula ão, conforme cláusula 14.13.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de ma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br e gvi@vortx.com.br pre mente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser enca nício da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pes soa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, acompanha asa juntas, copia de atas socialmentos execumentos que emprovent a representado por procuração com poderes do de cópia dos seus documentos pessoais; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Os Titulares de CRA poderão optat por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da ins rução de voto à distância em seu website e na página eletrônica da CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devida nente preenchida e assinada pelo respectivo Titular dos CRA ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por

www.jornalodiasp.com.br

meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser envia da com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular dos CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompa nhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conform

Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a As

São Paulo, 12 de novembro de 2025. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1072643-90.2024.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a), GUIL HERME DE PAULA NASCENTE NUNES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a (a) VERA LUCIA MARCELINO COPPO. CPF 01068948892 E. CLINICA ODONTOLOGICA M2VC LTDA. CNPJ 43.755.9991001-19, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civel por parte de Odonto Company Franchising, objetivando em sintese condema as rês ao pagamento do valor de R\$45.561, 03 titulo de royalties e FNP a veneor, allem danta rescisória, no valor de R\$ 100.000,00, ou ainda ao pagamento da multa devida no valor de R\$ 20.000,00, bem como ao pagamento das custas e despesas processuals, bem como dos honorários advocaticos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flurá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1015738-59.2024.8.26.0005**. Classe: Assunto: Monitória - Duplicata. Requerente: **Spa** In**dústria Brasileira de Bebidas S/A.** Requendo: **Padaria London Ltda**. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 015738-59 2024.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **2º Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista**, Estado de Sã Paulo, Dr(a), HENRIQUE BERLOFA VILLAVERDE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Padaria London Lida, CNPJ: 52535510000167 Paulo, Jing), HENRIQUE BERLOFA VILLAVERUE, na forma da Le, etc. FAZ SABER A Padaria London Lida, ONPAT: \$253551000016, uel le foi proposta uma ação de Monitória por parte de Spal indústria Brasileira de Bebidas SIA, para ochrança do valor de R\$7.332.71 etcorrente de vendas efetuadas pela Requerente à empresa Requerida. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, fi eterminada sua CITAÇÃO, por EDITAL para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague livida devidamente atualizada, bem como efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 67 ador da causa, o presente embargos monitórios, nos termos do artigo 701 do CPC. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumpr mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opositos, constituir-se-á de pleno direido titula vaculifo u judicial independentemente de ou audure fromalidade. Não sendo contestada a a cão, o réu será considerado revel, caso en xecutivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso er ue será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nest idade de São Paulo, aos 17 de outubro de 2025.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos a entral - Fazenda Pública/Acidentes. Estado de São Paulo. Dra. ALESSANDRA TEIXEIRA MIGUEL, na forma da Le etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a COMPANHIA DO METROPOLITAM DE SÃO PAULO METRÔ ajuizou ação de desapropriação em face de Elenice Botelho Santilli, Aírton José Santilli, Luís Roberto Bo elho. Rosa Maria de Lima Geraldi, Sandra Silva dos Santos Botelho, obietivando a expropriação do imóvel loca zado na Avenida Gabriela Mistral, nº 423, Casa 1, Penha de França, São Paulo, SP, CEP 03701-010, Contribuint º 060.133.0024-0, descrito na matrícula nº 74.406 do 17º C.R.I. de São Paulo, declarado de utilidade públic elo Decreto Estadual nº 67.163, de 11/10/2022. Para levantamento dos depósitos efetuados foi determina da a expedição do presente edital, com o prazo de 10 dias, nos termos do artigo 34 do Decreto-Lei nº 3365/41 contando o prazo a partir da primeira publicação no Órgão Oficial. Será o edital, afixado e publicado na form da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de novembro de 2025

PDITAL DE CITAÇAO-PRAZO DE 2001AS PROCESSO N°1015306 - 51 201 8.26 0100 (1/4) MM. Juzía la 6 Direito da 35° Vara (Incl.) o forto central Civel Estado de SaO Paulo (1/4) Dirag. Desare Inelis Souto Oliva de Souza, na forma de Lei, etc. FAZ SABER ajo FATIMA APARECIDA DA SIL VAI ENRIQUE, FBG 13:743 247-167 1937-231/2890, que he foi proposta uma ação de Execução de Titulo Extrajudicia por parte de Lei Virodriques, alegando em sintese; para receber a quanta de RS 55.687.26 (19v/21), referente à locação do on, 1111; a. 4N - Paulista 2001. Cerquiera César. Encontrando-se o réu em tugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os años e termos da ação proposta e para que no prazo de 3 dias, a fluir do prazo supra, paque o débito atualizado, com os honorános de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% de débito e solicitar o parcelamento do saldo em é vezes. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital por extrato, afixado e publicado na forma da lei NADA MAIS.

Jornal O Dia SP

BEWARE ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS **EM TECNOLOGIA**

CNPI/MF sob n. 14.173.580/0001-23

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

BEWARE ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM TECNOLOGIA, inscrito no CNPI/MF sob n. 14.173.580/0001-23 na

Rua Dr Geraldo campos Moreira, 240, cidade monções, São Paulo, SP, CEP: 04571-904, complementos: conjunto: 142 a – 14; através de sua presidente no exercício, Priscila Rossi, pelo presente EDITAL e na forma de seu Estatu-to Social, CONVOCA a todos os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 28 e seguintes, do Estatuto Social, que se realizará na Dr Geraldo campos Moreira, 240, cidade monções, São Paulo, SP, CEP: 04571-904, complementos: conjunto: 142 a – 14:, na cidade de São Paulo/SP, em 15 de dezembro de 2025, em 1º convocação às 18h00, em 2º convocação às 19h00, e em 3º e última convocação às 20h00, para deliberar a seguinte ordem do dia: São Paulo, 10 de novembro de 2025.

- Dissolução da Associação BEWARE
- II Destinação do eventual patrimônio remanescente, de acordo com o que determina o Estatuto Social e a le gislação vigente; III - Nomeação de comissão/liquidante responsável pela execução das deliberações da assembleia
- IV Assuntos gerais relacionados à dissolução. Priscila Rossi

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, DIOGO TEIXEIRA ROQUE, diretor de empresa, RG nº 133236984-SSP/RJ, CPF nº 110.151.777-86, e sua mulher FLAVIA SILVA DOS SANTOS, proprietária de estabelecimento comercial, RG nº 201097938 SSP/RJ CPF nº 095.991.517-63, brasileiros, casados no regime da comunhão parcia de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua bituruna, nº 895, Parque Imperial, **ficam intimados a purgarem a mora referente a** 31 (trinta e um) prestações em atraso, vencidas de 28/02/2023 a 30/08/2025, no valor de R\$ 420.116,67 (quatrocentos e vinte mil cento e dezesseis reais e ses enta e sete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no va lor de R\$ 435.681,71 (quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos), que atualizado até 20/01/2026, perfaz o valor de R\$ 482.880,06 (quatrocentos e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta reais e seis cen tavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia c nóvel localizado na Rua Vuturuna, lote B do desdobro, na Saúde – 21º Subdistrito, obje to de "Instrumento Particular de Alienacão Fiduciária em Garantia com Forca de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 6 na matrícula nº 206.319. O pagamento haverá e ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundia nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes esde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da conolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 08 de novembro de 2025. O Substituto.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. **CASAS PERNAMBUCANAS**

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE nº 35300033451 - Companhia Fechada EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÂRIA ficam os senhores acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. Casas Pernambucanas ("Companhia" convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se, em primeira convocação, no día 24 de Novembro de 2025, às 12h (meio día), a ser realizada de forma exclusivamenconvocaçao, in dei 24 de novembro de 2225, as 121, finelo dia), a ser relatizada de forma exclusivalmente re virtual, por meio de link da plataforma eletrônica a ser disponibilizado pela Companhia, conforme disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, a fim de examinarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) ratificar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: Sra. Thatiana Castro de Souza Dantas, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 33.021.281-3, emitida pela SSP/SP e inscrita no CPF sob número 301.540.088-69 para cumprir o mandato unificado vigente dos membros do Conselho de Administração, e do Sr Wilmar Silva Rodriguez, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 5346771 emitida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob número 888.042.757-15, para cumprir o mandato unificado vigente dos membros do Conselho de Administracão; ambos com endereco comercial na Cidade de São rigente dos memoros do Conseino de Administração, ambos com endereço comienciar na Cidade de Sac Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, CJ 91, Edificio Torino - Antigo 7.700, Bloco 2, CEP: 05.001-903, conforme atas de reunião do Conselho de Administração realizadas em 22/10/2025 e 03/11/2025, respectivamente; e (ii) acatar a renúncia dos Conselheiros Sr. **Alberto** undgren Altenburg, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.631.262 4, emitida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob 191.798.858-37, conforme carta de renúncia apresen lada à Companhia, tendo deixado de exercer suas funções desde 21/10/2025 e Sr. Annibal Ribeiro Lima Neto, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 10557031 inscrito no CPF sob número 051.099.038-08, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia tendo deixado de exercer suas funções desde 31/10/2025, conforme atas do Conselho de Administração realizadas em 22/10/2025 e 03/11/2025, respectivamente. <u>Informações Gerais</u>; (i) Para participar da AGE por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail ose-castilho_ext@pemambucanas.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando cópia do respectivo estatuto, contrato social ou regulamento, conforme aplicável, e do instrumento de eleição ou indicação do seu representante pagal ou procurador devidamente constituído que comparecerá à AGE; (i) Os acionistas poderão ser epresentados na AGE por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, levendo os documentos de representação serem enviados para a Companhia com antecedência míni-na de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE para o e-mai ose.castilho_ext@pernambucanas.com.br; São Paulo, 10 de novembro de 2025.

MARTIN MITTELDORF - Presidente do Conselho de Administração EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS PROCESSO Nº1066945-43 2023.8.26.0002.0/A) MM.Juiz(a) de Direito da 11ºVara Chiel do Foro Regional II-Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a), CARLOS ALEXANDRE AIBA AGUEMIna forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CABRIEL APARECIDO ELEUTERIO PINTO, OPE 2370155867 que lime foi proposta uma ação de Execução de Titulo Estrajudicia por parte de Paulo Szymonowicz, alegando em síntese A cobrança de 18;78.00.00(abil)(2024), referente a locação do invivel à Avenida Angelo Cristianini 1122 Encontrando-se os executados em lugar incerto e não abdio, expede-se o EDITAL para que em todias luties, a fluir apròs o prazo supria paguem o débilo atualizado, acrescido des cominações legais, caso em que verta honorária será reduzida pela metade e querendo oforerçam embargos no prazo de 15dias úties, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em Obparcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de penhora e avaliação de bens, ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revela nos termos do art.257, I/O 6 CPC. Será o preme dedital, por exterto, atixado e publicado na forma da lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de outubro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1037462-78.2017.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6º Vara Civel, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Gislaine Maria de Oliveira Corrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) HADÍ AFIF LAHAM, Brasileiro, Casado, Desempregado. CPF 1804.82.308-28, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Geraldo Chaine Obeid, alegando em sintese: a cobrança de R\$ 49.807.91 (quarenta e nove mil, oitocentos e sete reais e noventa e um centavos) atualizados até dezembro/2017, referente à nota promissoria. Encontrando-se o rêu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocaticios em 5% (cinco por centro) com isenção de custas, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de reveilia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de outubro de 2025. | 11,12

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0008686-06.2022.8.26.0003. Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personaldade Juridica - Duplicata. Requerente: Itacomix Concreto Ltda. Requerido: Oliver Dantas. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIÁS. PROCESSO Nº 0008686-06.2022.8.26.0003. C(A) MM. Juz(a) de Direito da 4º Vara Cívi-(a de Fora Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Samira de Castro Lorena, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Cliver Dantas, CPF/CNP. 180.439-439-60, que he foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personaldade Juridica por parte de Itacomix Concreto Ltda. Encontrando-se o rêu em lugar incerto e não sebido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITÂL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edifal, manifeste-se e requieira as provas que entender cabíveis, nos termos do artigo 135 do CPC. Será o presente edifal, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de outubro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS PROCESSO Nº 1020511-50 2024.8.26.0005 O(A) MM. Juíz(a) de Direito da 3º Vara Cível, do Foro Regional V. - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). HENRIQUE MAUL BRASILIO DE SOUZA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A Marcielo Spadario Moniteiro de Farias, CPP. 141.207.38-13, Rc. 20476928, que he foi proposta uma ação de Monitoir por parte de Edemerse Bertucelli Natalle o outros, decorrente de que o retu não pagou nenhuma parcela acordada, gerando inadimplemento e um débito atualizado de RS 116.167.91. Encontrando-se o retu em lugar incerto e não sabido, toi determinada sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá apôs o decusas do presente edital, pague a divida devidamente atualizada, bem como efetue o pagamento de honorários advocaticios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos monitórios, nos termos do artigo 701 do CPC. O retu será isentido do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno dreito o fitulo executivo judicial, independentemente de qualquer tormalidade. Não sendo contestada a ação, o retis será sendo revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de setembro de 2025. _ | 11,12

Suriname Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Extrato da Ata de Reuniao de Socios Mesa. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretário: Sigrid Amantino Barcelos. Deliberações. Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 1.790.635,00 <u>para</u> R\$ 1.596.761,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. <u>Encerramento</u>. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 127 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 42.787.140/0001-00 - NIRE 35237483351 Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Extrato da Ata de Reuniao de Socios

Em 02.10.2025, na sede da Sociedade. <u>Presença</u>. Totalidade dos Sócios. <u>Mesa</u>. Presidente: Rafaella Nogueira de
Carvalho Corti, Secretário: André Ferreira De Abreu Pereira. <u>Deliberações</u>. Os sócios aprovaram por unanimidade,
reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 5.295.267,00

<u>para</u> R\$ 95.267,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste
extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. <u>Encerramento</u>. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

HLTM Participações S.A.

CNPJ/MF n° 19.408.870/0001-22 - ÑIRE n° 3.530.046.041-3

Resumo da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Junho de 2025

Pata, hora e local: 27/06/2025, às 15:00 hs, na sede social, em 836 Paulo, 8P, facultada a participação também vie plataforma de videoconferência. Presenças: Acionistas representando 100% do capital social. Mesa: Sra. Maria Malzon Romanach, Presidente e Sra. Lygia Malzoni Romanach, Secretária. Ordem do dia: Deliberar acerca da proposte de alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º, caput e parágrafos 1º e 2º do artigo 10 a diteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º, caput e parágrafos 1º e 2º do artigo 5º, caput e parágrafos 1º e 2º do artigo 5º, caput e parágrafos 1º e 2º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (i) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (i) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (ii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (ii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (ii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º e 7º do artigo 5º do acionistas aprovaram, por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º do acionistas aprovaram por unanimidade: (iii) a alteração dos parágrafos 6º do acionistas acionistas acionistas acionistas do acionistas acionistas do acionistas acionistas acionistas acionistas do acionistas acionis sº, caput é parágrafos 1° e 2° do artigo 13, do Estatuto Social, que passam a vigorar com nova redação (ii) a consolidação lo Estatuto Social que integra a presente ata como Anexo I. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. JUCESP nº 300.367/25-9 em 20/08/2025.Marina Centurio

KISMET INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S. A.

ESTATUTO SOCIAL 3ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA

Em 30 de abril de 2025, a diretoria da Companhia, reunida em assembléia, decidiu as seguintes alterações no seu Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL Artigo 5: O capital social, subscrito e integralizado, e de R\$ 54.703.798,00 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e três mil, setecentos e noventa e oito reais), dividido em 54.703.798 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e três mil, setecentos e noventa e oito) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro: Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. Parágrafo Segundo: As ações provenientes de aumento de capi-tal serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. Parágrafo Terceiro: Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. CAPÍTULO IV SUBSEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Artigo 9: O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela As-sembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. A Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá designar o Presidente do Conselho de Administração. Parágrafo Primeiro: O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, a contar da diretoria vigente, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração permanecerão na posse e exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Parágrafo Segundo: Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o curso de seu mandato, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer acionista ou administrador, para eleger seu substituto, que completará o prazo de gestão em curso. As demais cláusulas e seus parágrafos, não contempladas nesta alteração, fi-cam expressamente ratificadas na sua íntegra, promovendo-se a CONSOLIDAÇÃO dos seus atos estatutários que passam a reger-se pela seguinte redação e forma: São Paulo, 30 de abril de 2025 KISMET INVESTIMENTOS E PAR-TICIPAÇÕES Wanderley Venere Bonventi, Diretor Presidente Dr Marcelo Damas, OAB/SP n° 140.875.JUCESP nº 370.430/25-6 em 07/11/2025 Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

JOÃO OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE 35.300.196.511 - CNPJ/MF n.º 47.796.594/0001-52 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2025 Data, hora e local: 31.07.2025, às 14h, na sede da Companhia, em São Paulo/SP, na rua Geraldo Flausin Gomes, nº 61, 14º andar, conjunto 141, Edifício Panambi, CEP 04575-060, II. Convocação e presenca: Convocação dispensada de acordo com o artigo 124, § 4º da Lei 6404/76, em virtude da presença dos acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. II Mesa: Presidente: João Guilherme Sabino Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. IV. Ordem do dia Deliberar sobre: <u>em caráter ordinário</u>: (1) Contas dos administradores, Demonstrações Financeiras e Relatóri dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2025; (2) Destinação do lucr líquido do exercício encerrado em 31.3.2025; (3) Remuneração dos administradores; em caráter extraordinário inquiou de exercición enteria do entre 113.2025, (3) rentiniera apodos administratories, <u>en caracte extraordinan</u> (1) Aumento do capital social com a consequente alteração o artigo 5º do Estatuto Social; (2) Pagamen de juros sobre capital próprio ("JCP"). **VI. Deliberação**: Dando início aos trabalhos, foram lidas e discutid as matérias da ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade: <u>Em caráter ordinário:</u> (1) Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., referente ao exercício encerrado em 31.3.2025 com publicação das Demonstrações Financeiras no jornal O Dia SP em 26.07.2025 (página 6) com divulgação simultânea na versã Demonstrações ministrante no portar o bar em 20.07.2023 (pagina o formitudação simulante na versaci digital. (2) A proposta da administração para que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2025 no valor de R\$ 142.450.943,31 tenha a seguinte destinação: (a) R\$ 7.122.547,17 à conta de Reserva Legal, (b) o saldo de R\$ 135.328.396,14 acrescido de R\$ 2.285.515,14 provenientes da realização da reserva de reavaliação reflexa, totaliza R\$ 137-613.911,28, dos quais terão a seguinte destinação: (b1) R\$ 59.712.699,75 a título de juros sobre capital próprio ("JCP") pagos em 2024, que deduzidos R\$ 8.956.904,96 correspondentes imposto de renda retido na fonte (IRRF) dos JCP, totalizou R\$ 50.755.794,79 de JCP líquido; (b2) R\$ 77.901.211,53 será destinado à conta de Reserva de Retenção de Lucros. (3) Os administradores renunciaram a remuneração para o exercício em curso. Em caráter extraordinário: (1) O aumento do capital social no valor de RS 93.221.312.33, passando de RS 1.148.275.999.91, para RS 1.241.497.312.24, sem a emissão de novas ações, nos termos do Artigo 169, §1º da Lei 6.404/76, mediante capitalização da Reserva de Retençã de Lucros. Com a alteração do capital social, o caput do artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com seguinte redação: "Artigo 4º O capital social da companhia é R\$ 1.241.497.312,24, totalmente subscrito integralizado, dividido em 207.911.609 ações ordinárias nominativas e sem valor nomina". (2) O pagamento em 8.08.2025 de JCP no valor de R\$ 29.476.656,49, que após retenção de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), totalizará JCP líquido de R\$ 25.055.158,02. O JCP líquido poderá será imputado aos dividendos do exercício social que se encerrará em 31.3.2026. VII. Lavratura e encerramento: Foi aprovad. a lavratura da ata desta Assembleia Geral em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei n 6.404/76. Nada mais havendo, deu o Presidente por encerrada a Assembleia, lavrando-se a ata, que foi lida provada e assinada. **Presidente da Mesa:** João Guilherme Sabino Ometto; **Secretário da Mesa:** Guilherm ontes Ribeiro. **Acionistas:** San Giovanni Participações S.A (p. Guilherme Fontes Ribeiro). Confere com

original lavrado em livro próprio. São Paulo, 31.07.2025. **Jucesp** nº 388.235/25-1 em sessão de 04.11.2025

Tarifaço de Trump reduz em 67% exportações de cafés especiais brasileiros para os EUA

O tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a produtos brasileiros resultou na redução de 67% nos embarques brasileiros de cafés especiais para a América do Norte. Trump anunciou a imposição

de uma sobretaxa de 50% ao Brasil em julho, válida a partir do mês seguinte, quando as vendas gerais do país caíram 16,5%. Em setembro, a queda foi de 20,3%. Os Estados Unidos são res-

ponsáveis pela movimentação de cerca de 2 milhões de sacas de cafés finos, das 10 milhões exportadas pelo país, segundo a BSCA (Associação Brasileira de Cafés Com a adoção das tarifas, das

cerca de 150 mil sacas em média exportadas mensalmente para estados como Califórnia, Nova

York e Oregon, o total caiu para 50 mil sacas. Os cafés especiais são os mais valorizados produzidos no

país e a saca de 60 quilos facil-

mente ultrapassa os R\$ 3.000, conforme produtores que participaram na última semana da SIC (Semana Internacional do Café), principal evento ligado à cafeicultura no país e que aconteceu em Belo Horizonte.

"O impacto foi dramático, porque basicamente a gente está falando de uma redução de 67% dos embarques de cafés de mais alto valor agregado e que são duramente afetados pela tarifa. E aí, qual é a expectativa dos importadores? Eles vêm recebendo sinais de que a tarifa tem de se

resolver. Então, o que acontece? Ele atrasa os embarques e vem consumindo os estoques", afirmou Vinícius Estrela, diretor-executivo da BSCA. O executivo avalia como "muito delicado" o momento pelo fato de o café ser um produto de

janela curta de comercialização,

mas disse ver como positivas as

tratativas entre os governos bra-

sileiro e norte-americano.

acontecer neste ano, possivelmente [o café] tenha perdido uma parcela importante do mercado americano e dado a chance de o consumidor americano testar e eventualmente se adaptar a outros cafés. Foi uma luta do Brasil, da BSCA, por mais de 30 anos, para mostrar que o Brasil não era só um café de base." Entre os principais concorrentes estão Colômbia, Panamá, Etiópia, Quênia e Indonésia. A alternativa encontrada por

"Se o acordo tardar e não

exportadores brasileiros é fazer uma composição com os compradores norte-americanos para diminuir perdas para os dois lados. Foi o que fez a Três Corações, principal player do mercado nacional, segundo seu presidente, Pedro Lima.

ço, o distribuidor lá baixou um

pouco a margem dele e subiu um

"Nós exportamos um pouco de café para a costa leste americana, a gente baixou nosso pre-

pouco o preço. Foi uma equação de três mãos aí, e continuamos exportando [...] A gente fez um arranjo aí, mas não interrompemos nada de negócios", afirmou Lima.

Celírio Inácio da Silva, diretor-executivo da Abic (Associação Brasileira da Indústria de Café), afirmou que é urgente que as tarifas sejam revistas e que o setor adotou uma nova estratégia em relação às negociações, ao pedir que a tarifa imposta ao café seja resolvida de forma isolada dos demais produtos atingidos pelo tarifaço. "Ele tem que ser discutido

separado, por vários motivos. O primeiro é porque no café não existe, nem por parte dos Estados Unidos, nem por parte do Brasil, algum óbice. Segundo, se o Brasil começar com algum produto, ele pelo menos mostra a boa vontade. E os Estados Unidos também mostram a boa vontade. Dizer, ok, começamos a negociar", afirmou. (Folhapress)

GP São Paulo de F1 ratifica seu compromisso com a sustentabilidade

O GP São Paulo chega à nova edição reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade ambiental. O evento integra o programa global da F1 voltado à redução de impacto ambiental, e que tem como meta zerar as emissões líquidas de carbono até 2030.

vem implementando um conjunto de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental. Dentre as iniciativas, passou a compensar 100% de suas emissões de CO. A edição de 2024 do GP foi um marco também com relação à reciclagem de materiais. A implementação de um sistema de copos retornáveis, com mais de 120 mil unidades distribuídas e uma taxa de devolução de 25%, evitou o descarte de cerca de 4 toneladas de plástico na natureza. Ainda na área de reaproveitamento de materiais, destacamos a destinação ambientalmente adequada de 44 toneladas de pneus não reutilizáveis, além da coleta e o rerrefino do óleo lubrificante usado pelas equipes.

Novos avanços

Para este ano, o evento projeta novos avanços em seus cinco eixos estratégicos de atuação com relação à sustentabilidade: gestão de resíduos, estímulo ao uso do transporte coletivo, energia renovável, redução das emissões de carbono e o social. Para garantir o engajamento dos vários públicos de relacionamento, o Grande Prêmio de São Paulo vai reforçar a comunicação, com cam-

Desde 2021, o GP São Paulo te correto de resíduos, transporte sustentável, uso consciente de recursos, diversidade e inclusão e combate ao assédio. Em outra iniciativa, fornecedores, equipes e parceiros receberão um manual de sustentabilidade e cláusulas contratuais específicas sobre boas práticas ambientais.

> Uma das metas para este ano é eliminar o uso de plástico descartável, com a ampliação do sistema de copos retornáveis e a substituição de utensílios de uso único por materiais biodegradáveis ou reutilizáveis. Outro ponto de destaque é o aperfeiçoamento do inventário de emissões de gases de efeito estufa, com dados mais precisos e integração de fornecedores e parceiros logísticos. Todo o processo seguirá os protocolos de emissões de gases, com compensação integral das emissões por meio de créditos de carbono certificados, provenientes da valorização de resíduos, em parceria com o Grupo Solví.

A gestão de resíduos também será expandida com segregação na origem, rastreabilidade via empresa especializada, parceria com cooperativas locais para triagem de recicláveis e compostagem de resíduos orgânicos. Pneus, madeiras, óleo de cozinha, e outros resíduos especiais con-



Gabriel Bortoleto

tinuarão recebendo destinação certificada. O óleo lubrificante usado dos carros de corrida, serão novamente destinados à produção de novos produtos de alta performance, retornando ao mercado, através de parceria com a empresa Lwart Soluções Ambientais. O trabalho de triagem de material vai proporcionar renda para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Na mobilidade, o plano prevê a reativação da Estação Cidade Dutra, conectando a linha de trem diretamente ao autódromo, além da ampliação do transporte coletivo e das opções acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida.

Em energia, o foco será ampliar o uso de fontes renováveis. como a matriz fotovoltaica do autódromo, e reduzir gradualmente a dependência de geradores a diesel. Em 2024, o evento alcançou a certificação de duas estrelas no programa ambiental da FIA (FIA Environmental Accreditation Programme). A meta para 2025 é conquistar a terceira estrela, o mais alto nível da acreditação, que reconhece práticas sustentáveis e melhoria contínua em governança ambiental.

"Acreditamos que o esporte é uma potente plataforma para

mobilizar pessoas, e levar mensagens para um amplo público. Queremos ser agentes e disseminadores da cultura da sustentabilidade ambiental, da diversidade e da inclusão. Promover um legado de mudanças positivas a cada Grande Prêmio, trazendo beneficio diretos para a comunidade local sob a forma de empregos e renda. Tudo isso conjugado com a preservação ambiental", diz Alan Adler, CEO do GP São Paulo.

Compromisso com o social O GP São Paulo reforça seu compromisso com a responsabilidade social com uma série de iniciativas voltadas à diversidade, à inclusão, à capacitação profissional, à geração de renda e à segurança alimentar.

Para promover um ambiente mais diverso, em linha com as diretrizes da F1, o GP São Paulo tem investido em treinamento de seus colaboradores, e no diálogo com seus parceiros. Fornecedores têm sido estimulados a promover a diversidade em seus processos de recrutamento. Outra prioridade é a melhoria da acessibilidade do Autódromo, que tem sido garantida pelos serviços SMPED e Atende+/SPTrans. Para tornar o GP São Paulo um ambiente seguro para todas as pessoas, estão sendo desenvolvidas ações de combate ao assédio e à discriminação. Entre as ações para a geração de emprego e renda, destacamos o apoio a cooperados de recicla-

gem e o incentivo à criação e manutenção de hortas comunitárias, projeto realizado no Jardim Ibira-

Na frente da capacitação profissional, destaque para o programa de formação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em mecânica de automóveis. O projeto, realizado em parceria com a Escola do Mecânico, vai capacitar mais 100 mulheres este ano. O programa conta com o apoio da Mubadala Capital.

No âmbito da segurança alimentar, destacamos o programa Food Donation que destina o excedente de alimentos dos restaurantes do GP a instituições sociais. Em 2024, foram doadas mais de 15 toneladas de alimentos para as instituições SEFRAS, Formiguinhas em Ação e Escudo do Bem.

O Fórmula 1 MSC Cruises Grande Prêmio de São Paulo 2025 é realizado no final de semana no Autódromo José Carlos Pace, em Interlagos, e promete mais uma vez reunir um público recorde, consolidando São Paulo como uma das capitais mundiais do automobilismo. Todos os ingressos para a corrida estão esgotados.

Filippo Fiorentino vence e é campeão do GP Interlagos de Fórmula 4



Fiorentino faturou duas vitórias e venceu o evento GP

Filippo Fiorentino foi consagrado como campeão do GP Interlagos de Fórmula 4, realizado no fim de semana pela BRB Fórmula 4 Brasil Credenciada pela FIA como evento-suporte do GP de São Paulo de Fórmula 1. No sábado, o piloto da TMG Racing venceu a Corrida 1 da etapa extracamsem contar peonato pontos oficialmente para a temporada — e foi segundo colocado na prova seguinte, somente atrás da catarinense Rafaela Ferreira (Cavaleiro Sports). Na manhã de domingo (9), Fiorentino encarou

pista molhada para novamente liderar de ponta a ponta, vencer pela segunda vez no fim de semana e ser o vencedor do evento por ter reunido a maior pontuação (58 tentos) entre os competidores que alinharam pela categoria-escola promovida pela Vicar no 'templo do automobilismo brasileiro'.

A terceira e última prova do GP Interlagos de Fórmula 4 comecou com a pista molhada em razão das chuvas durante a noite em São Paulo e em regime de safety-car. Filippo Fiorentino manteve a liderança quando a ban-

deira verde foi acionada e foi seguido por Pedro Lima e Pietro Mesquita, seguidos por Cadi Baptista e Rafa Ferreira.

As condições da pista fizeram os jovens pilotos tomarem uma abordagem mais cautelosa nas disputas. Mesmo assim, a corrida teve belas batalhas, como a que envolveu o argentino Renzo Barbuy e Celo Hahn pelo sétimo lugar. Os pilotos travaram grande duelo e andaram lado a lado por quase uma volta inteira.

Outra grande disputa em Interlagos brindou o público com a manobra de ultrapassagem de Rafa Ferreira, uma das protagonistas do fim de semana, em cima de Cadi Baptista. A catarinense assumiu a quarta posição, seguida pelo próprio Baptista e por Pedro Lins, sexto colocado. Os dois travaram outro duelo, dos mais empolgantes, nas voltas finais.

Ao fim de nove voltas, Fiorentino confirmou vitória dominante, a sua segunda em três provas na etapa de Interlagos, seguido por Pedro Lima, que marcou seu segundo pódio no fim de semana, tal qual Pietro Mesquita, terceiro colocado na prova.

Autora da volta mais rápida da manhã deste domingo, Rafaela Ferreira foi a quarta colocada e Pedro Lins fechou o top-5. Cadi Baptista cruzou a linha de chegada na sexta posição, à frente de Celo Hahn e Renzo Barbuy. Enricco Abreu e Christian Helou completaram a relação dos dez primeiros.

GP de Interlagos — Além dos dois troféus de pole position, vencedor e um pelo segundo lugar nas provas deste fim de semana, Filippo Fiorentino ergueu também a taça de campeão do GP Interlagos, evento especial que aconteceu como preliminar do GP de São Paulo de Fórmula 1 e que proporciona aos jovens da categoriaescola brasileira grande visibilidade e a chance de correr diante das equipes do Mundial.

A temporada 2025 da BRB Fórmula 4 Brasil, que acelera com chassi Tatuus, motor Abarth-Autotecnica e é movida pela Gasolina Petrobras Podium, tem ainda duas etapas para o seu desfecho. Heitor Dall'Agnol (TMG Racing) lidera a tabela com 199 pontos, enquanto Filippo Fiorentino (TMG) é o segundo, com 120, quatro tentos a mais que Murilo Rocha (Starrett Bassani F4). Também pilotos do time liderado por Eduardo Bassani, Pedro Lima é o quarto, com 110, e Pedro Lins é o quinto, com 86.

Dudu Barrichello é eleito Revelação do Ano do FIA WEC



De Interlagos ao Japão, Dudu brilhou com poles e atuações

A noite de encerramento da temporada 2025 do FIA WEC de domingo (9) foi marcada por emoção e reconhecimento. Em meio aos troféus dos campeões mundiais, brilhou um nome que representa o futuro do endurance brasileiro: Eduardo Barrichello foi eleito oficialmente a Revelação do Ano do Campeonato Mundial de Endurance.

Aos 24 anos, Dudu completou sua primeira temporada no WEC competindo na categoria LMGT3 pela equipe Racing Spirit of Leman, onde dividiu o cockpit com o francês Valentin Hasse Clot ao longo do ano, além de Derek de Boer e Anthony McIntosh em etapas selecionadas. Ao volante do Aston Martin Vantage AMR LMGT3, o jovem piloto brasileiro chamou atenção pelo desempenho consistente, atitude madura e espírito combativo.

Logo em sua estreia nas lendárias 24 Horas de Le Mans, Dudu completou a prova com solidez, demonstrando o respeito necessário para conquistar o coração da categoria. Mas foi em casa, no Rolex 6 Horas de São Paulo, que ele protagonizou um dos momentos mais inesquecíveis da temporada: pole position da LMGT3, uma corrida brilhante e uma ultrapassagem emocionante na última volta, garantindo um lugar no pódio diante da torcida brasileira — um feito que ficará marcado na história do evento.

Barrichello ainda conquistaria outra pole position na etapa das 6 Horas de Fuji, no Japão, reafirmando que sua performan-

ce não foi acaso, mas talento e trabalho. Embora sua equipe tenha enfrentado desafios ao longo do ano — com mudanças de formação e quatro etapas sem pontuar — Dudu encerrou o campeonato na 15ª posição, somando 32 pontos, metade deles conquistados em Interlagos.

Filho de Rubens Barrichello, Dudu carrega um sobrenome que inspira gerações, mas vem construindo seu próprio legado com garra, paixão e talento. A eleição como Revelação do Ano reforça que o futuro do endurance já começou — e ele veste verde e amarelo.

"Foi um grande ano, pela primeira vez guiando um GT3. Aprendi muito, com um grande time. Tivemos bons resultados, como no Brasil com pole pódio e minha família junto. Tentei me adaptar rapidamente, amadureci muito e quero continuar produzindo mais na próxima temporada. Obrigado a todos que estão comigo nessa jornada e estiveram comigo nos momentos mais difíceis. Sempre foi meu sonho correr em uma categoria como o WEC, mas estar aqui é além da minha imaginação", discursou o piloto.

Enquanto define os próximos passos de sua carreira no endurance, Dudu Barrichello já tem um novo desafio à vista. A temporada 2026 do FIA WEC terá início no Catar, no dia 28 de março, e passará novamente por Interlagos, com o Rolex 6 Horas de São Paulo confirmado para o fim de semana de 10 a 12 de julho, diante da apaixonada torcida brasileira que o viu brilhar em 2025.

Os atletas mais velhos da Taça Máster dão lição de vida

Kimiko Tomita (Campeões da Vida SBC-SP), de 94 anos, e Altamiro Francisco Serqueira (Clube Máster Itupeva-SP), de 90 anos, foram destaque para o público e perante os próprios colegas atletas na 5ª Taça Brasil Máster Loterias Caixa de Atletismo, realizada sábado e domingo (8 e 9/11), no Centro Nacional de Desenvolvimento Loterias Caixa de Atletismo, em Bragança Paulista, São Paulo.

Kimiko exibia e comemorava com os colegas da equipe de São Bernardo do Campo - participou da Taça Máster com 36 atletas as suas quatro medalhas, duas delas de ouro conquistadas nos 100 m (38.01) e nos 200 m (1.26.47). Também competiu no revezamento 4x100 m e no arremesso do peso. "Vou fazer 95 anos em janeiro e no próximo Máster mudo de categoria", comentou a atleta.

As medalhas entregues a Kimiko Tomita e a todos os atletas que participaram da Taça Máster estampa a imagem de Wanda dos Santos, lenda do Atletismo Brasil, a maior medalhista em Troféu Brasil, duas



vezes campeã mundial máster, que faleceu aos 93 anos em 2025. Os participantes da Taça Máster aprovaram a homenagem. "As medalhas são muito

bonitas", disse Kimiko. Adilson Batista da Silva, de 83 anos, que compete nos 800 m e 1.500 m, também pelo Campeões da Vida, de São Bernardo do Campo (SP), pratica corrida há 53 anos e explicou que o time tem apoio da Prefeitura da cidade e vai, inclusive, disputar o Campeonato Sul-Americano Máster, em Santiago, no Chile, de 24 a 30 de novembro, com uma equipe de sete atletas. Adilson, que já fez ultramara-

tonas - a mais longa, de 666 km, entre o Corcovado, no Rio de Janeiro, e Riacho Grande, onde fica

a represa Billings, em São Bernardo - é engenheiro elétrico, professor de educação física e cursa medicina naturopata. "A Taça Máster é um grande incentivo para os másters, pela saúde e socialização e porque traz para as pessoas, a partir dos 35 anos, o conceito do 'eu era e continuo sendo", afirmou Adilson.

Altamiro Francisco Serqueira conheceu as competições de atletismo e o arremesso do peso há seis meses, em Itupeva, interior de São Paulo - venceu sua categoria (90-94 anos) na Taça Máster, usando a técnica que aprendeu, a força e o preparo físico que trouxe de anos e anos de trabalho na roça. "Eu plantava de tudo café, soja, trigo, arroz. E colhia. Trabalhei 71 anos na roça. A atividade física sempre fez parte do meu trabalho", comentou. "Desde o meu primeiro treino eu me entusiasmei. Sou curioso, queria aprender", conta Altamiro, de Manhumirim, interior do Estado de Minas Gerais, que vive em Itupeva (SP).

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.